

Desenvolvimento Sustentável e Direitos Individuais

UNIDADE 02 – Aspectos legais e ações globais para o desenvolvimento sustentável

1 – Aspectos Legais

O Brasil possui uma das **legislações mais complexas e avançadas do mundo**. O cumprimento das leis socioambientais nacionais é, em sua grande parte, de aspecto jurídico, mas também podem ser aplicáveis às pessoas físicas.

A Constituição Federal de 1988 prevê que toda **pessoa, física ou jurídica**, que apresentar **conduta** ou **atividade** que **cause dano ao meio ambiente** estará passível de **sanções penais administrativas**, que serão **aplicadas independentemente da obrigatoriedade de recuperar o dano causado**.

O poluidor é a pessoa jurídica ou física **responsável**, direta ou **indiretamente**, pelo **dano causado**.

O sujeito se **responsabilizará pelo dano ambiental real e potencial**, que será estipulado por entidades da área.

Há **grande dificuldade na comprovação da escala do dano causado**, devido à complexidade de mensuração, assim, a responsabilidade deverá ser objetiva.

O Estado pode ser **responsabilizado** pelo dano causado **quando há omissão** de sua responsabilidade legal.

Nas **empresas**, há a **responsabilidade socioambiental empresarial**, que tem natureza de responsabilidade jurídica **caracterizada como encargos sociais** que, quando **não cumpridos, resultam em multas e/ou penalidades**.

2 – Leis Socioambientais Brasileiras

Lei 6.766/1979	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.
Lei 6.938/1981	Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei 7.347/1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.
Lei 9.433/1997	Estabelece os instrumentos para a gestão dos recursos hídricos de domínio federal.
Lei 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
Lei 9.985/2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Lei nº 11284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro.
Lei 11.445/2007	Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.
Lei 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.
Lei 12.651/2012	Estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios
	prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. também conhecido como código florestal.

A **Lei 5.452** é uma das **principais** leis sociais brasileiras; ela rege os **direitos dos trabalhadores**.

A **responsabilidade social empresarial** aborda **questões** que **vão além** das **regulamentadas por lei**. Ela trabalha a **igualdade de oportunidades**.

3 – A responsabilidade Ambiental além das Exigências Legais

Ser uma **empresa social e ambientalmente responsável** vai **além das obrigações legais e econômicas**: significa que ela se posiciona e atua no combate aos problemas, buscando o desenvolvimento socioambiental sustentável.

A série **ISO (International Organization for Standardization** – organização internacional para padronização) estabelece sistemas de **gestão na cultura organizacional de empresas**.

As séries ISO são compostas por normas que **vão além das exigências legais** e algumas podem se tornar tão importantes que passam a ser exigidas em lei.

As normas ISO no Brasil são **controladas** pela **ABNT NBR** (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

ISO 14001

Normas de gestão ambiental para a prática de **mitigação** dos possíveis **danos ambientais** decorrentes de sua atividade, com o objetivo de se tornar sustentável no curto e no longo prazo.

ISO 9000

Fornece meios para **implementação** e **monitoramento contínuo** de **técnicas** para **otimização de processos** pela implementação de um sistema de **gestão da qualidade**.

ISO 45001

Implementa um **sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional** com foco na **melhoria do desempenho** das empresas em termos de **saúde e segurança do trabalho**.

ISO 50001

Tem objetivo de **melhorar a eficiência energética das empresas**. Implementando um sistema de gestão de energética.

São realizadas **auditorias periódicas** por uma **empresa certificadora**, que deve ser credenciada e **reconhecida** por **órgãos nacionais e internacionais**.